

Acta

Sessão Ordinária da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Cávado

Aos vinte e quatro dias do mês de Janeiro, pelas vinte e duas horas, na sede da Comunidade Intermunicipal do Cávado, sita na Rua do Carmo, em Braga, reuniu a Assembleia Intermunicipal do Cávado, sob a presidência do Dr. João Lobo, e Secretariado por Guilherme José Coelho Alves. Foram presentes à reunião vinte e nove membros. Estiverem presentes os Senhores Presidentes que compõem o Conselho Executivo Intermunicipal da CIM Cávado, nomeadamente o Presidente do Conselho Executivo e do Município de Braga, Dr. Ricardo Rio, e o Vice-Presidente Miguel Costa Gomes, Presidente do Município de Barcelos. Estiveram também presentes os senhores presidentes dos Municípios de Amares, Prof. Manuel Moreira, de Esposende, Arq.º Benjamim Pereira e de Terras de Bouro, Dr. Joaquim Cracel.-----

A Mesa cessante, deu início à primeira Reunião da Assembleia Intermunicipal, propondo-se a análise e discussão dos seguintes pontos:

- 1 - Eleição da Mesa constituída pelo Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário (artº 84º alínea a) e artº 85º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro);
- 2 - Apreciação e votação da Ata da 1ª reunião Ordinária de 2013 da Assembleia Intermunicipal, realizada em 8 de abril de 2013;
- 3 - Intervenção do Presidente do Conselho Intermunicipal e apresentação de proposta de eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal (do artº. 84º alínea c) da Lei nº 75/2013, de 12.09);
- 4 - Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2014 (artº 84º alínea b) da Lei nº 75/2013, de 12.09);
- 5 - Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Intermunicipal - Assunção de Compromissos Plurianuais (artº. 6º da Lei 08/2012, de 21 de Fevereiro de 2012);
- 6 - Regimento da Assembleia Intermunicipal (artº. 84º alínea d) da Lei 75/2013 de 12.09).

Ponto Um - Eleição da Mesa constituída pelo Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário (artº 84º alínea a) e artº 85º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro);-----

Foi apresentada pelo senhor deputado João Granja e subscrita pelos senhores deputados José Gomes dos Santos Novais, António da Silva Garrido, Serafim Figueiral Rebelo, Hugo Miguel de Araújo Cardoso, Lucinda Carlota Monteiro Ferreira de Oliveira Fonseca, João Macedo Lourenço e José Paulo Maia Matias, uma única lista para integrar a Mesa da Assembleia, constituída pelos respectivos elementos: Joaquim Manuel Araújo Barbosa, para Presidente, Manuel Albino Penteado Neiva, para Vice-Presidente e Cristiana Isabel Pereira da Silva dias, para exercer funções de primeiro secretário, que ficou identificada como “Lista A”-----

Tendo-se procedido à apresentação da candidatura e ao escrutínio por voto secreto, apurou-se o seguinte resultado: vinte e sete votos a favor e dois votos brancos. Logo após o apuramento do escrutínio, procedeu-se à instalação da nova Mesa que, de imediato, passou a dirigir os trabalhos.----
Constituída a Mesa da Assembleia, e verificada a presença de “quorum”, deu-se cumprimento ao período de “Antes da Ordem do Dia”, fixado em sessenta minutos, destinado ao tratamento de

assuntos gerais de interesse para a Comunidade Intermunicipal do Cávado. Não havendo inscrições para o período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se o mesmo por encerrado e passou-se ao cumprimento da Ordem de Trabalhos.-----

Ponto Dois – Apreciação e votação da Ata da 1ª reunião Ordinária de 2013 da Assembleia Intermunicipal, realizada em 8 de abril de 2013;-----

Após dispensa da leitura da ata, solicitada pela Mesa e aprovada por unanimidade pela Assembleia, o senhor deputado José Paulo Maia Matias pediu o uso da palavra para solicitar uma correcção à página 3, no seu ponto Um, onde se lê “*após dispensa da leitura da acta, solicitada pela Mesa e aprovada pela Assembleia, a mesma foi aprovada por maioria, com vinte e quatro (25) votos a favor...*”. A correcção deverá ser para “*vinte e cinco (25) votos a favor*”. O senhor deputado João Granja pediu a palavra para solicitar uma alteração ao texto na linha vinte e oito da página dois, onde se lê “*nem se discutem direcções políticas...*”, seja o texto alterado para “*questões políticas*”. Não havendo mais pedidos de alteração ao texto da ata, e confirmadas as alterações devidas, a ata foi aprovada por maioria, com dez (10) votos a favor, dezanove (19) abstenções e zero votos contra. As abstenções foram justificadas devido à ausência dos respetivos deputados na sessão a que corresponde a ata. -----

Ponto Três - Intervenção do Presidente do Conselho Intermunicipal e apresentação de proposta de eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal (do artº. 84º alínea c) da Lei nº 75/2013, de 12.09);-----

O Presidente da Mesa, Dr. Joaquim Barbosa, após ler o texto integral da proposta apresentada pelo Conselho Intermunicipal para a eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal, deu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. Ricardo Rio, para apresentação da mesma. No uso da palavra, o Dr. Ricardo Rio deu início à sua intervenção felicitando a Mesa e todos os membros que compõem a Assembleia Intermunicipal, desejando um bom mandato a todos os deputados eleitos. Após esta breve introdução, o Presidente do Conselho Intermunicipal informou que decorre da Lei 75/2013 a possibilidade de eleger os membros que compõem o Secretariado Executivo, com mais poderes relativamente ao definido pela anterior Lei, e que poderia ir ao limite de três elementos. Referiu que a proposta apresentada para a eleição de um Secretário Executivo Intermunicipal teve em conta as circunstâncias actuais de indefinição do próximo quadro comunitário, que se prevê entrar em vigor no segundo semestre do presente ano, bem como atendendo às necessidades de eficiente gestão de recursos, sendo os serviços assegurados através da participação de um único elemento, com capital de experiência alcançado nos últimos mandatos nesta função, e que esse nome é o do Eng.º Luis Macedo. Após a apresentação da proposta pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, e tratando-se de uma eleição onde estão em causa juízos de valor sobre uma pessoa identificada, a votação foi realizada por escrutínio secreto. Não havendo pedidos de intervenção, foram entregues os boletins de voto a cada deputado, e procedeu-se à respectiva votação. Do escrutínio resultou o seguinte apuramento: vinte e quatro (24) votos a favor, zero (0) votos contra e cinco (5) votos em branco. Após anunciados os resultados, o Presidente da Mesa informou que, nos termos da Lei, a posse deveria ocorrer até 5 dias após a eleição, mas que tem sido prática nas primeiras reuniões das Assembleias Intermunicipais, imediatamente a seguir às eleições, dar posse ao secretário-Executivo, o que fizeram logo de seguida. Pelas vinte e duas horas e dezassete minutos (22h17m), o recém-eleito Secretário Executivo Intermunicipal assinou o auto de Posse, subscrito igualmente pelo Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Joaquim Barbosa, e pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. Ricardo Rio. -----

Ponto Três - Análise e votação das Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento para 2014---

O Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Joaquim Barbosa, procedeu à leitura do extracto da ata de 2 de dezembro de 2013 do Conselho Executivo, em que apresenta genericamente a proposta

referente às Grandes Opções do Plano e Orçamento. Usou de seguida a palavra o Presidente do Conselho Intermunicipal, que referiu que neste documento estariam destacados quatro requisitos para o sucesso do trabalho desta CIM, sendo que o primeiro compreenderia a visão estratégica deste território nos próximos dez anos; o segundo requisito abrangeria a capacidade política dos diversos protagonistas para uma interacção com vários organismos públicos e com toda a comunidade, de forma a mobilizarem todos os recursos para concretizar essa visão estratégica; um terceiro teria a ver com a competência técnica inerente à execução das várias candidaturas e à capacidade de desenvolver projectos em diversas áreas temáticas e, por fim, evidenciou o requisito que compreende a capacidade de mobilização dos seis municípios para a concretização de projectos comuns intermunicipais. Concluiu a sua intervenção referindo que no documento estão referenciadas as principais metas, ressaltando que as mesmas têm a ver com a execução dos projectos comunitários, desde a execução do actual Plano Territorial de Desenvolvimento (PTD), passando até à elaboração do próximo Plano Estratégico para a NUT III do Cávado para 2014-2017. Ainda do documento, o Presidente do Conselho Executivo salientou os laços de cooperação dos municípios da CIM com outras instituições, nomeadamente com a Agência de Energia do Cávado, CCDRN, inter-CIMs, nomeadamente o Ave e o Alto Minho, e a nível transfronteiriça, com Orense e a Junta da Galiza. Ressaltou ainda outras novas formas de cooperação entre os municípios, como a criação de um Conselho de Vereadores que pretende agregar e reunir vereadores dos seis municípios com o mesmo pelouro para discussão e análise integrada dos problemas do território. Após a sua exposição, o Dr. Ricardo Rio convidou o Senhor Secretário Executivo a apresentar o documento, o qual explanou clara e detalhadamente o conteúdo das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2014. No âmbito das atribuições a esta Comunidade Intermunicipal, o Eng.º Luís Macedo começou por apresentar a estrutura orgânica desta instituição, nomeadamente os órgãos que a compõem, o seu organograma e a legislação que a rege. Referiu que o grande desafio será o encerramento do contrato de “delegação de competências com subvenção global para a execução do PTD do Cávado”, que permite a esta instituição gerir os fundos comunitários das candidaturas apresentadas pelos seis municípios integrantes na NUT Cávado, através de uma Estrutura de Apoio Técnico que está a funcionar desde 2008, quer para o acompanhamento físico, quer financeiro das operações. Para além da Contratualização, o Secretário-Executivo deu a conhecer outros projectos em execução, uns transitados do ano de dois mil e treze, outros a serem iniciados no presente ano. Dos projectos transitados, realçam-se os Planos de Formação para os técnicos das autarquias integrantes, e a Capacitação Institucional do Cávado, que engloba projectos relacionados com diversas áreas temáticas, como Desenvolvimento Turístico, Mobilidade e Transportes e Acolhimento Empresarial. No âmbito da energia, salientou os projectos de “Promoção da Eficiência Energética”, o projecto piloto de monitorização dos consumos de energia eléctrica em quinze edifícios escolares e a cooperação regular com a Agência de Energia do Cávado. No âmbito da protecção civil, encontra-se em execução o projeto “EPI’s Florestais”, que permite a aquisição de equipamentos de protecção individual de combate a incêndios em espaços naturais florestais) e destinados às corporações de bombeiros, bem como a criação de um grupo técnico de trabalho intermunicipal, para os temas da Floresta e da Protecção Civil, que incluirá representantes dos gabinetes técnicos florestais e da protecção civil municipal. No âmbito de novos projectos e actividades a desenvolver em 2014, realça-se a Estratégia Territorial para o próximo Ciclo de Programação de Fundos Comunitários 2014-2020. Complementando um projecto de Modernização Administrativa “Cávado Digital”, já terminado, entrará em execução um novo projecto que pretende ser a sua continuação, denominado por “Cávado Digital +”, e que tem por objectivo promover uma melhoria no atendimento dos cidadãos e empresas e a consolidação de serviços públicos. Ao nível de projectos de desenvolvimento interno, será dada continuidade ao Sistema de Informação Geográfico (SIG), iniciado já há vários anos pela esta instituição, e que tem permitido a georreferenciação e desenvolvimento de bases de informação temáticas ao nível da NUT. Relativamente às novas propostas para o ano de dois mil e catorze, foram

referidos pelo Eng.º Luís Macedo os projetos elaborados em parceria com a Agência de Energia do Cávado, nomeadamente os projectos de Eficiência Energética na Iluminação Pública e a candidatura Triplo EEEF, sujeitos ainda a aprovação das candidaturas submetidas. Em continuidade mantém-se os projetos PROVERE Minho In, uma parceria/consórcio com as Comunidades Intermunicipais do Cávado, Minho e Ave, e que integra candidaturas em diversas áreas, sob o chapéu de vários temas âncora. Já na conclusão da sua intervenção, referiu que se prevê que a receita corrente atingirá um montante de um milhão, quinhentos e cinquenta e quatro mil e novecentos e oitenta euros. A despesa corrente prevê-se que atinja o valor de um milhão, quatrocentos e dezassete mil e trezentos euros. O Secretário-Executivo terminou assim a apresentação da proposta das Grandes Opções do Plano para dois mil e catorze, tendo-se disponibilizado para esclarecer qualquer dúvida relativamente a este ponto. Concluída a sua intervenção, e não havendo pedidos de intervenção por parte dos deputados, este ponto foi posto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e sete votos a favor, duas abstenções e zero votos contra.-----

Para efeitos de declaração de voto, usou da palavra o senhor deputado João Granja, que deu início à sua intervenção para felicitar a Assembleia Intermunicipal neste novo ciclo eleitoral, e cumprimentar os membros eleitos, bem como os senhores Presidentes que integram o Conselho Executivo Intermunicipal. Após cumprimentar os presentes, referiu que o motivo da sua intervenção estava relacionado com a exposição anterior do Secretário Executivo Eng.º Luis Macedo, que enunciou algumas das novas competências assumidas pela CIM, entre as quais a Protecção Civil.

Referiu que já numa das reuniões da Assembleia Intermunicipal da anterior CIM tinha alertado para a necessidade de uma boa gestão de recursos e que a GAMM deveria, ou desenvolver actividade efectiva, ou encontrar-se forma de reafectar os seus recursos disponíveis, grosso modo, às duas CIMs que dela derivaram. Referiu que a sua intervenção pretende ser de carácter construtivo e solicitou ao Conselho Executivo da CIM Cávado que reavaliasse a posição de manter a presença dos seis municípios do Cávado nesta instituição, uma vez que os objectivos que legitimam a manutenção daquela Associação de Municípios de Fins Específicos, vocacionada para as questões da Protecção Civil, não se compreende quando essas competências estão actualmente atribuídos às CIMs. Concluiu a sua intervenção referindo que, numa altura em que o país se encontra a passar tempos difíceis e muita contenção, esta organização aparentemente “fantasma” não faz sentido, pois não se dá conta da sua existência, muito menos quando se sabe que estão a ser consumidas verbas afectas a recursos humanos, relativamente aos quais seria importante questionar o resultado do seu trabalho, uma vez que não se conhece nenhum documento produzido nem sinais de qualquer atividade relevante realizada.-----

Ponto Cinco - Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Intermunicipal - Assunção de Compromissos Plurianuais (artº. 6º da Lei 08/2012, de 21 de Fevereiro de 2012); -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Joaquim Barbosa, procedeu à leitura da proposta remetida pelo Conselho Intermunicipal. Posteriormente, deu a palavra ao Sr. Presidente do Conselho Intermunicipal, que informou os presentes que a actual proposta não pretende subtrair qualquer competência atribuída à Assembleia Intermunicipal, mas antes garantir a agilidade necessária à execução do plano de actividades aprovado, uma vez que este órgão apenas reúne ordinariamente duas vezes por ano. Para garantir o acompanhamento da Assembleia Intermunicipal, a presente proposta estabelece diversos limites para os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo desta autorização, designadamente, que as despesas resultem projectos ou acções constantes das Grandes Opções do Plano, recém aprovados no ponto anterior, e que o seu valor fica limitado a noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos (99.759,58 €). Acrescentou ainda a obrigatoriedade de apresentar, em todas as sessões ordinárias da Assembleia Intermunicipal, uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da referida

autorização.-----
Não havendo mais pedidos de intervenção por parte dos deputados, este ponto foi posto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e oito votos a favor, um voto contra e zero abstenções.-----

Ponto Seis - Regimento da Assembleia Intermunicipal (artº. 84º alínea d) da Lei 75/2013 de 12.09)

O Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Joaquim Barbosa, propôs à Assembleia a manutenção do Regimento vigente em tudo o que não seja contrário à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e a criação de uma Comissão para a revisão do Regimento da Assembleia Intermunicipal. Pediu a palavra o senhor deputado João Granja, para propor ao plenário que, atendendo à capacidade técnica e experiência adquirida na elaboração do Regimento anterior, a tarefa fosse confiada ao Dr. João Lobo. O senhor deputado Dr. João Lobo disponibilizou-se para elaborar a revisão do Regimento, sugerindo que os serviços jurídicos da CIM preparassem uma proposta, e posteriormente, após analisada e verificada por si, convocaria os líderes dos grupos parlamentares representados neste órgão da CIM para se pronunciarem. Esta proposta e metodologia foram aprovadas por unanimidade, sendo os senhores deputados incumbidos de se organizarem em grupos, que posteriormente deverão fazer chegar a sua identificação à Mesa da Assembleia, bem como dos seus representantes. -----

Às vinte e três horas e trinta minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão desta Assembleia, que ao abrigo de autorização deliberativa do plenário, por unanimidade conferiu todos os poderes à Mesa para elaborar, aprovar e assinar a minuta da presente acta, com vista a que as deliberações adoptadas se tornassem eficazes e pudessem, imediatamente, produzir os seus efeitos. Também a Mesa da Assembleia decidiu delegar no seu Presidente a competência para assinar e rubricar os documentos presentes à reunião. -----
E para que faça fé e validade se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos elementos que integram a Mesa.-----

Braga, 24 de Janeiro de 2014

O Presidente da Mesa _____

O Vice-Presidente _____

O Secretário _____